

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas,
ribeirinhos e desigualdades**

LUTAS SOCIAIS CONTRA A EXPLORAÇÃO E OPRESSÕES DE CLASSE, GÊNERO, RAÇA, ETNIA E SEXUALIDADES NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

MARIA BEATRIZ COSTA ABRAMIDES¹

RESUMO

O artigo estabelece a indissociabilidade entre explorações e opressões de classe, gênero, raça, etnia e sexualidades no capitalismo dependente e periférico no Brasil; as lutas sociais anticapitalistas pela classe trabalhadora e os desafios postos ao Serviço Social na relação entre projeto profissional e projeto societário no horizonte da emancipação humana.

Palavras-chave: Lutas sociais, exploração e opressão capitalista, Serviço Social

RESUMEN:

El artículo establece la inseparabilidad entre la explotación y las opresiones de clase, género, raza, etnia y sexualidad en el capitalismo dependiente y periférico en Brasil; las luchas sociales anticapitalistas de la clase trabajadora y los desafíos planteados al Trabajo Social en la relación entre el proyecto profesional y el proyecto societal en el horizonte de la emancipación humana.

Palabras claves: Luchas sociales, explotación y opresión capitalista, Servicio Social

Introdução

O presente artigo trata da unidade necessária entre lutas sociais e trabalhistas, imediatas e históricas, particulares e universais no processo da luta de classes antiimperialista e

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

anticapitalista sob o protagonismo da classe trabalhadora o que pressupõe o fim da propriedade privada dos meios de produção, das classes sociais, da exploração do trabalho e das opressões de classe, gênero, raça, etnia, sexualidade, geracional, inerentes ao capitalismo, na direção da emancipação humana.

Enquanto houver capitalismo haverá luta de classes, posto que se constitui em um antagonismo entre as classes sustentado por interesses antagônicos, irreconciliáveis. Ou seja, de um lado as classes trabalhadoras que só tem a vender a sua força de trabalho, e de outro lado, a burguesia que se apropria privadamente do trabalho social coletivamente produzido pelos trabalhadores. Essa lógica destrutiva se dá sob o domínio do capital em seu sistema metabólico, qual seja, o de produzir valor e mais valor advindo do trabalho humano. Assim o trabalho adquire centralidade posto que é na produção social da própria vida que os homens ² contraem relações sociais de produção, que se expressa na base material concretizada pelo trabalho humano alienado, expropriado.

A cada momento conjuntural, o capitalismo, seja em seu curto período de ondas longas expansivas, ou em seu período longo de ondas largas recessivas (Mandel, 1986), estabelece estratégias para se manter hegemônico e recuperar suas taxas de lucro expressa pela ideologia de dominação sobre as massas trabalhadoras. Captar a processualidade sócio-histórica de cada período, significa se voltar aos sujeitos(as) históricos(as), vivos(as) e ativos(as), em suas lutas nas dimensões da exploração do trabalho e opressões de classe, gênero, raça, etnia, sexualidade e geracional, como totalidade, em uma relação de indissociabilidade entre todas as esferas da vida.

Desenvolvimento

1 O capitalismo e suas crises

De meados para o final dos anos 70 o capitalismo passa a viver uma crise estrutural, que não se confunde com as crises cíclicas periódicas anteriores, à ele inerentes. Até os anos 70 a política do capitalismo no mundo do trabalho se orientava pelo sistema fordista-taylorista, de produção em massa e em série; na esfera do Estado, pela teoria da regulação social Keynesiana notadamente, nos países centrais do capitalismo, e se dirigia aos direitos sociais, fruto da luta dos trabalhadores expressa no “Estado de Bem estar Social” - EBES.

A social democracia capitalista do EBES se estabelece a partir de três elementos: a) da

² Homens aqui da lavra de Marx se refere ao gênero humano.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

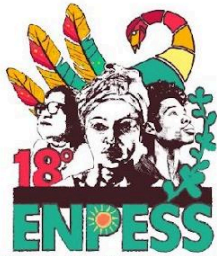
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

necessidade de reconstruir os países destruídos pela guerra no pós-45; b) forjar um pacto social para evitar processos revolucionários de derrubada do capitalismo pelas classes trabalhadoras c) retomar padrões de acumulação para recompor suas taxas de lucro (Abramides, 2019). Notemos porém que as políticas sociais redistributivas de trabalho, saúde, educação, previdência se direcionavam à população economicamente ativa, inserida no mercado formal de trabalho, com garantias trabalhistas, com consumo em massa, para poder repor sua força de trabalho, que garantiam alto grau de produtividade necessário à acumulação capitalista. Às massas de trabalhadores desempregados, em trabalhos precários, eram destinadas políticas compensatórias na área da assistência desvinculadas de políticas estruturantes, o que caracterizava-se como política assistencialista e não de assistência social como política pública de direito.

Nos países periféricos, de tardo capitalismo dependente e subordinado aos países centrais imperialistas, marcados pelo colonialismo e escravismo, como os da América Latina, não se adotou o EBES, embora alguns programas sociais fossem implantados, fruto da luta de classes. O curto período no capitalismo com crescimento econômico expansionista, ocorre entre os anos de 1945 a 1973. A partir de 1973 o capitalismo viverá uma crise estrutural, fruto das crises de superprodução, da queda tendencial da taxa de lucro, com novas estratégias de acumulação sob hegemonia internacional imperialista.

Para reverter esse quadro são executados novos ataques sobre os(as) trabalhadores(as): a) na esfera do mundo do trabalho, com a chamada “acumulação flexível (Harvey, 1992) que tem como componentes o desemprego estrutural, a desregulamentação das relações de trabalho; trabalho intermitente, temporário, informal, precarizado, parcial, por pessoa jurídica, por tempo determinado, por projeto, sem carteira assinada, terceirização para atividades meio e fins, em que se amplia a superpopulação relativa desde a “assim chamada acumulação primitiva” (Marx, 2017); b) na esfera do Estado pela adoção da programática neoliberal expressa em: privatizações das estatais rentáveis, contrarreformas do Estado, previdenciária, trabalhista, educacional, ocasionando perdas de direitos sociais e trabalhistas com o “Estado “máximo para o capital” e “mínimo para os trabalhadores”; c) na esfera da cultura pelo simulacro do presentismo, propagação do fim da história, apologia do triunfo do capitalismo, do individualismo exacerbado, da moralização da “questão social,” da naturalização da pobreza e da desigualdade, como uma ideologia do capital sob o “pós modernismo”, lógica cultural do capitalismo tardio (Jameson, 1996).

O capitalismo contemporâneo no plano internacional se caracteriza por exportação de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

capitais, financeirização da economia, capital portador de juros que adquire a forma mercadoria concretizada em empréstimos a serviço do imperialismo (Fontes, 2010, Iasi, 2019, Abramides, 2022) em que o fundo público serve aos acordos selados com o capital internacional para satisfazer as grandes empreiteiras e corporações e/ou pela financeirização das políticas sociais (Granemann, 2012). A “crise climática”, hipotecada pelo capital, contida no antropoceno, pode ser designada de “capitaloceno”, por ser o capitalismo o grande demolidor da natureza e da humanidade.

Essas investidas se espraiam pela exploração e opressões do capital, que nos orienta para o método de análise, interpretação e superação desse estado barbarizante, que parte do solo fértil do movimento da realidade, dos sujeitos e sujeitas da classe trabalhadora, cujas opressões que recaem centralmente sobre as mulheres trabalhadoras, com a opressão de gênero, das relações sociais de sexo, e sobretudo, de maneira mais destrutiva sobre as mulheres negras.

2 A questão das opressões no capitalismo tardio periférico

As opressões sociais de classe, gênero, raça, etnia, sexualidade, geracional se expressam ao longo da história da humanidade em seus diferentes modos de produção. Com excessão das sociedades primitivas, onde não havia constituição de classes, no chamado comunismo primitivo, todas as outras formações sociais, a partir do surgimento do excedente econômico, se constituem por classes sociais antagônicas, entre dominantes e dominados. A opressão às mulheres ocorre anteriormente ao capitalismo com o patriarcado, porém no capitalismo se aprofunda com novos elementos de dominação ao incorporar as mulheres na produção sem resolver a questão da reprodução e do trabalho doméstico, com uma “dupla jornada” de trabalho; em que a demanda pela socialização do trabalho doméstico foi de fundamental importância para o capital.

A opressão racial, em que se instaura o racismo negro e indígena se caracteriza por ser uma invenção do capitalismo, na quadra da modernidade (Quijano, 2005) que exterminou povos indígenas em nossa América, com o processo de invasão colonial, e escravizou a força de trabalho não paga de negros(as) arrancados(as) de África para servirem à “assim chamada acumulação primitiva” para o capital internacional. O colonialismo e a escravidão são marcas férreas impetradas pelos invasores em nossa América Latina.

O racismo nasce como uma ideologia (Moura, 2014) do capital e encontra-se nas entranhas desse modo de produção de forma estrutural e estruturante, assim a luta antirracista



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

negra e indígena é uma forma de luta contra as opressões sobre essas populações que sofrem com o trabalho escravo e com o trabalho, o mais precarizado, a partir do advento do capitalismo, e se perpetua até os dias atuais; com o etnogenocídio na destruição de suas culturas, de seu modo de vida e de seus corpos. Mas a luta antirracista deve se combinar à luta-anticapitalista e conjuntamente anti-imperialista, posto que somente será possível destruir a ideologia do racismo se concomitantemente se eclodir uma revolução social da classe, de superação da ordem burguesa. Esse processo pressupõe a necessidade de partidos de esquerda com programas revolucionários para a tomada do poder político pelo proletariado, aliado ao conjunto dos trabalhadores construindo a transição socialista na direção do projeto emancipatório.

Negros e negras após a falsa abolição no Brasil longe de serem incorporados(as) à indústria nascente, continuaram como população sobrando, superpopulação relativa, e em seu interior como população estagnada, como nos descreve Marx na Lei Geral da acumulação capitalista com suas características(2017). São os negros que percebem os piores salários não sendo integrados, em sua grande maioria, ao sistema de proteção social, e entre eles, as mulheres negras são as mais vilipendiadas nas relações de trabalho e nas opressões de gênero e raça no interior da classe. Esses(as) trabalhadores(as) foram empurrados(as) para trabalhos desregulamentados no processo que emergia do capitalismo nascente, bem como expulsos do centros urbanos, para bairros periféricos das cidades, tendo que habitar em favelas distantes, em territórios sem infra-estrutura urbana e com ausência ou insuficiente presença de equipamentos e serviços públicos, o que os(as) coloca na maior precarização das condições de vida e de trabalho.

A questão da terra, do território e do trabalho são direitos que lhes foram usurpados, negados e continuam sendo com violência em todas as esferas da vida, mas negros(as), indígenas, contém sobre si o racismo, que deve ser combatido por lutas incessantes, como tem sido, desde o período da colonização escravocrata, mas também como trabalhadoras(es) que são, por tanto essa luta deve ser assumida por toda classe trabalhadora. Aqui encontra-se uma das chaves centrais para o reconhecimento dessas particularidades de opressão no interior da classe, *lutar ininterruptamente contra as determinantes da particularidade dessa opressão mas vinculá-la à luta de classes e pela classe ser assumida*. A luta portanto não se dá em um movimento de dois tempos, mas articuladamente, em que os trabalhadoras, assumam coletivamente as lutas contra as opressões particulares e a exploração da classe como um todo, na luta anticapitalista.

As determinações do capitalismo em sua fase atual são ainda mais violentas sobre as



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

classes trabalhadoras. Marx em O capital, Livro I tem uma passagem que expressa de que no momento em que as forças produtivas entrarem em antagonismo com as relações sociais de produção há uma possibilidade histórica de revolução social. Vejam bem, Marx falava em possibilidade histórica, portanto não em determinação. Para tal afirmava que seriam necessárias condições objetivas e subjetivas para o processo de revolução social. As condições objetivas para um processo de revolução social estão postas:

(...) fome, miséria, desemprego estrutural que se alastra, destruição de direitos sociais e trabalhistas, queima de excedente econômico, exacerbação da desigualdade, avassaladora guerra contra os povos, destruição de forças produtivas e da natureza, extermínio das populações pobres, exploradas e oprimidas; genocídio da população negra e jovem das periferias e morros das grandes cidades, assassinato da população indígena e ribeirinha pelas mineradoras e agro-negócio (ABRAMIDES, 2021, p. 31).

Este cenário, nessa segunda década do século XXI, se estabelece em um contexto exacerbado de guerras inter-imperialistas, com domínio das superpotências, subordinação enraizada e cada vez mais acelerada da periferia do capitalismo ao imperialismo, na fase do capital portador de juros, com destruição da natureza e da humanidade.

As condições subjetivas no entanto não se apresentam: apesar da decomposição atual do capitalismo, o mesmo permanece hegemônico e internacionalmente dominador, há um avanço da extrema direita em todo o planeta com países governados por protofascistas. Os ataques do capital em sua fase ultraneoliberal são brutais, há um descrédito das massas não organizadas com a política, o freio social democrático da política de conciliação de classes permanece hegemônico e não há programas e partidos revolucionários, para um processo histórico anticapitalista e socialista. Essas condições para se enfrentar a barbárie precisam ser criadas, no patamar de independência de classe com um programa da classe.

3 A conjuntura do Brasil contemporâneo e os desafios da luta de classes

No caso do Brasil é importante demarcar que com vários governos neoliberais, a partir de 1989, a classe trabalhadora vai perdendo seus direitos fruto da grande ofensiva do capital. A configuração dos movimentos sociais e sindicais de ação direta, mobilizações e greves, com autonomia e liberdade sindical que irromperam na luta de classes de meados dos anos 70 ao final dos anos 80, se modifica nos anos 90, tornando a classe trabalhadora arrefecida, com um recuo em suas lutas que se soma à concepção hegemônica social democrata no interior do movimento dos trabalhadores. Nos anos dois mil, sob a política de conciliação de classes do social-desenvolvimentismo, do partido dos trabalhadores, inicia-se um processo de cooptação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

dos movimentos sociais e de suas direções. A partir do golpe de 2016, em que assume Temer, as medidas de contrarreforma se ampliam e os trabalhadores, em um processo regressivo não conseguem reverter o quadro de sucessivas perdas. Não há uma frente de unidade classista que os organize, há uma crise de direção e ausência de um programa estratégico, para um processo de ruptura com o capitalismo.

Os anos 2019 a 2022 foram marcados no país pelo governo Bolsonaro, profascista negacionista, privatista, subordinado ao capital internacional, com medidas de destruição de direitos conquistados. Na história da humanidade sabemos que fascismos e nazismos foram sustentados por amplas massas, daí a importância de um processo permanente de formação política, de reconhecimento de trabalhadores/as como sujeitos de classe que possam avançar no processo de consciência de classe. As ideias dominantes profascistas, de extrema-direita se expressam por intermédio dos proprietários dos meios de produção; do Estado; das mídias, pelo poder de comunicação, pelas igrejas reacionárias, como grande parte das evangélicas no país, em que a cultura do medo, do ódio, em um reacionarismo desenfreado, penetra corações e mentes das grandes massas trabalhadoras.

A pauta moralizante, punitivista incide ainda mais sobre mulheres, mulheres negras, população LGBTQIAPN+, ampliando os ataques sobre as massas trabalhadoras, endurecendo as opressões e violências. Mas a classe trabalhadora foi a luta em 2019, fez greve contra as contrarreformas previdenciárias, trabalhistas e da educação, de outro lado negros e negras se organizaram, assim como indígenas e população LGBTQIAPN+, movimento sem teto, sem terra, de habitação, saúde, educação, momento em que as comunidades mais empobrecidas realizaram verdadeiros comandos de solidariedade face ao período pandêmico, ignorado pelo governo negacionista que não atendeu a população, chegando a 702.421 óbitos no país. Vive-se sobretudo, um momento de lutas particulares, essenciais, porém, ainda muito setorializadas, o que intensifica ainda mais a premência de um programa que possa unificar as lutas particulares às lutas gerais da classe.

De outro lado os acontecimentos que ocorreram em meados do século XX como as crises do estado de bem-estar-social; do chamando “socialismo real existente”; a queda do Muro de Berlim, fez com que setores da esquerda migrassem para a social democracia, com uma convicção ideo-política, de que o socialismo já não seria possível, acrescido de governos social desenvolvimentistas como o PT no Brasil, que estabelecem programas sociais, mas mantém continuidade com os programas neoliberais. Esses governos atingem fortemente os movimentos sociais sindicais e populares da década de 80 que passam a ter para uma ação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

meramente voltada para a institucionalidade, abdicando das lutas extra-institucionais quando não as abandona. A ausência de uma frente de esquerda programática, de combate aos governos de extrema direita, anticapitalista e antiimperialista tem ocasionado uma dispersão da classe, expressa sobretudo em sua crise de direção.

A luta contra a exploração e opressões no capitalismo e os desafios postos ao conjunto da classe trabalhadora, com destaque às particularidades de cada opressão, articulada à luta contra o capital e o capitalismo, é e será uma luta permanente, rompendo com a lógica equivocada das lutas em dois tempos, ou seja, primeiramente contra a exploração e a seguir contra as opressões sociais. Essa concepção muito comum, a partir dos anos 30 do século passado, tem origem na influência marcante do stalinismo em todo o planeta, que passou a conceber o processo das lutas de classe, por etapas, reformista, portanto, com forte influência na esquerda brasileira do período. “A burocracia soviética como realização do “socialismo real existente”- Sorex-, confunde o próprio campo de esquerda ao conduzir alguns de seus atores a abdicarem do projeto marxista revolucionário, após a queda do Muro de Berlim” (ABRAMIDES, 2019, p. 137).

Se de um lado criticamos a visão dualista e etapista dos processos sócio-históricos, notadamente por um setor da esquerda, capitaneado pelo estalinismo, que voltava sua ação para as lutas no âmbito da exploração econômica separada da luta contra as opressões, também fazemos a crítica contundente às lutas particulares que se expressam como identitaristas ao se desvincularem das lutas mais amplas da classe trabalhadora. A identidade de gênero, raça, etnia e sexualidade são determinantes em suas particularidades; as opressões que sobre elas recaem são, em sua maioria, estruturantes do capitalismo, não podem ser tratadas de forma secundária pois manifestam a particularidade das múltiplas expressões da questão social; porém a unidade da classe é determinante na articulação entre singularidade, particularidade e universalidade. Assim a luta contra a exploração capitalista deve estar combinada à todas as formas de opressão o que significa empreender as lutas antirracista, negra e indígena, antipatriarcal, antimachista, anti LGBTQIAPN+ fóbicas anticapacitista, articuladas à luta contra exploração do trabalho o que se traduz nas lutas anti imperialista e anticapitalista na direção do projeto emancipatório.

4 Desafios postos ao Serviço Social na História

4.1 Recuperação histórica da organização político-sindical da categoria - CENEAS - ANAS/APAS e Sindicatos de Assistentes Sociais na vinculação com os movimentos sociais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

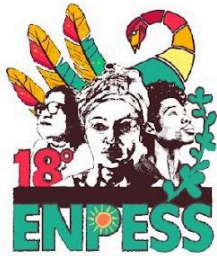
A relação entre projetos profissionais e projetos societários está presente desde sua gênese, nos marcos da renovação da profissão, nos anos 60, se adensando no processo de ruptura com o conservadorismo, que se inicia em 1979, e se mantém até o período atual, em 2024. A concepção de projeto societário como perspectiva sócio-histórica, emancipatória está diretamente articulada ao Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro- PEP como um **processo de ruptura com o conservadorismo**, cuja imersão pública e coletiva eclode no III CBAS, em 1979, conhecido como o *congresso da virada*, em que se assume a direção social da profissão, voltada para os interesses dos trabalhadores.

Importante registrar o decisivo suporte político, organizativo, e financeiro do Centro Latino Americano de Trabalho Social - CELATS, organismo acadêmico da Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social - ALAETS, para a pesquisa sobre condições de trabalho, salário e carga horária de assistentes sociais no Brasil. O desdobramento daí advindo é a vigorosa reorganização político-sindical da categoria, de norte a sul do país, que contava em 1977 com três entidades: Minas Gerais, São Paulo e Goiânia, e em 1979 totalizara 29 entidades sindicais, que articuladas tratam de lutas específicas da categoria e gerais da classe trabalhadora, sob a coordenação da CENEAS - Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais e que se reúnem dias antes do III CBAS para estabelecer coletivamente a estratégia política a ser adotada.

No III CBAS, sob a direção da CENEAS, as assembleias massivas da categoria avaliam o caráter governista do congresso, sua direção autocrática e conservadora no alinhamento com a oficialidade; dizem não à organização tecnocrática que se encontrava sob a direção do Conselho Federal de Assistentes Sociais e Conselho Regional de Assistentes Sociais, o conjunto Cfass/Crass, entidades de fiscalização do exercício profissional. À época estavam sob a hegemonia dos setores conservadores da categoria, com uma estrutura hierarquizada, burocratizada, anti-democrática, as dirigentes nacionais eram indicadas pelas regionais sem eleições diretas para os processos sucessórios.

A *virada* no III CBAS, somente foi possível pela relação das entidades sindicais e pré sindicais com os movimentos sociais insurgentes. A CENEAS e as 29 entidades traçaram uma estratégia no III CBAS, qual seja, de seus dirigentes participarem das sessões temáticas onde se inseriam em seus espaços sócio-ocupacionais (assistência social, saúde, previdência, habitação, educação, entre outros), por já estarem desempenhando um trabalho profissional vinculado aos movimentos sociais, por se conectarem à mobilizações sociais, greves de categorias e gerais que surgiam por todo o país.

Recuperar essa trajetória nos aviva a memória de que *é nesse processo que se realiza a*



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

colagem e vinculação orgânica aos movimentos sociais: movimento sindical dos trabalhadores da cidade e do campo; dos movimentos feminista, negro unificado, sem terra, indígena, sem teto; do custo de vida, contra a carestia, de moradia: favelas, cortiços, loteamentos clandestinos; população em situação de rua; saúde, em defesa da educação; quilombolas; aldeamentos; LGBTQIAPN+. *A relação da categoria profissional com as lutas sociais contra as opressões e a exploração de classe ocorre há quarenta e cinco anos e no processo histórico esta relação permanece viva.*

Pode-se concluir que foram resultantes do *congresso da virada:* a direção social da profissão voltada aos interesses da classe trabalhadora; a vinculação do projeto profissional ao projeto societário de luta contra a ditadura, o capitalismo e o imperialismo; o reconhecimento de assistentes sociais inseridas no trabalho coletivo, socialmente combinado, como trabalhadoras(es) em sua condição de assalariamento inscritas na divisão sócio-técnica racial e sexual do trabalho e a radical alteração da mesa de encerramento do III CBAS composta por representantes dos movimentos sociais classistas.

Naquele momento, final dos anos 70, as lutas imediatas em defesa da saúde, da educação, da moradia, dos transportes públicos, da terra para quem nela mora e trabalha, dos salários, contra o racismo, o machismo e o patriarcado, em defesa da livre orientação sexual se articulavam às lutas históricas contra o imperialismo, o capitalismo na direção do socialismo. A luta coletiva das assistentes sociais, a partir de 1977, se materializou na organização político-sindical da categoria, esteve inserida no processo da luta de classes, atuando juntamente aos movimentos sociais, populares e sindical, participando ativamente da ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais e a seguir na construção e Consolidação da CUT, Central Única dos Trabalhadores ambas classistas, de luta pela base, que tiveram um protagonismo nos anos 70 e 80. No CBAS de 1989, organizado pela ANAS, ABESS, Conjunto CFESS/CRESS e ENESSO, pela primeira vez há um debate mais substantivo na relação entre luta antirracista e formação e trabalho profissional, momento em que assistentes sociais negras, identificam a ausência desta discussão na profissão (MOREIRA, 2021).

A partir da deliberação do Congresso da CUT, em 1986, e decisão unitária da categoria, em seus congressos sindicais, foi pela extinção das entidades sindicais para construção da organização sindical por ramos de atividade ou contratação, que só foi possível, a partir da constituição de 1988. De 1977 a 1994 a CENEAS/ANAS e sindicatos da categoria cumpriram um papel fundamental, aglutinador, coletivo de lutas e que a partir daí caberia a organização não mais setORIZADA como previa a legislação corporativista, mas por ramo unificando os



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalhadores em seus espaços sócio-ocupacionais.

4.2 Os anos 90 a 2024: As ações do Conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS nas lutas contra as opressões e exploração capitalista.

4.2.1 As Ações do Conjunto CFESS-CRESS

Por meio de uma ação coletiva, nacionalmente articulada, por uma estratégia política, a partir da organização sindical, assistentes sociais passam a disputar, a partir dos anos 80, as direções dos antigos Crass/Cfass avançando na democracia interna, na incorporação da direção social da profissão, contribuindo sobremaneira para a construção do Projeto Ético Político Profissional-PEP, de ruptura com o conservadorismo. Esse processo se configura, a partir de 1993, com a Nova lei de Regulamentação da Profissão, com o Novo Código de Ética de 1993, tendo por referência o Código de Ética de 1986, que já havia negado e superado o neotomismo, e agora avançava em sua perspectiva ontológica sob a direção do Conjunto CFESS/CRESS que estabelece pautas e estratégias, desde os anos 90 até 2024, relativas às lutas contra as opressões de gênero, raça, etnia, sexualidades, geracional e capacitista, assim como lutas contra a exploração capitalista. Em relação aos princípios do Código de Ética de 1993 entre outros destacamos:

(...) empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física (CFESS, 1993).

Podemos ilustrar, no que diz respeito ao Conjunto CFESS/CRESS, algumas importantes ações relativas às lutas contra as opressões, a saber: As Campanhas: “O amor fala todas as línguas”; “Nem Rótulos Nem Preconceitos. Quero Respeito” em defesa da livre orientação e expressão sexual, sendo “o primeiro Conselho Federal a garantir a utilização do nome social no exercício profissional às/aos profissionais travestis e transexuais e a assegurar o nome social no documento de identidade profissional” (CFESS, 2020, p. 25); resolução contra a opressão sexual; assistentes sociais no combate ao racismo, ao preconceito, à homofobia e transfobia; nas publicações do “CFESS Manifesta” destacamos as deliberações que se relacionam às lutas contra as opressões: Dias internacionais e ou nacionais de luta: das mulheres; “sou mulher, assistente social e meu lugar é nas lutas: nas ruas, na luta pela vida das mulheres”; da visibilidade lésbica; latino-americano e caribenho pela descriminalização e legalização do aborto; consciência negra indígena; da visibilidade trans; da pessoa com deficiência; contra a exploração



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sexual e o tráfico de mulheres e crianças; mundial do orgulho LGBT; de luta contra a homofobia; pelo fim da criminalização dos movimentos sociais; não ao retrocesso dos direitos à pessoa idosa e com deficiência; apoio às políticas afirmativas e descriminalização e legalização do aborto; luta anticapacitista, Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans; Seminário Latino-Americano e Caribenho: Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos.

Em relação às lutas mais gerais dos movimentos sociais, em defesa dos direitos sociais e da luta contra a exploração capitalista podemos citar o “CFESS Manifesta” por meio de dias de luta: da/do assistente social; Mundiais da saúde; do meio ambiente; Internacional das/dos trabalhadores/as, de Direitos Humanos, de combate à tortura; Nacionais de luta antimanicomial; de combate ao trabalho Infantil; à exploração sexual de crianças e adolescentes; do Trabalho Doméstico; da Luta Camponesa, pela reforma agrária; contra a baixaria na TV; América afro-indígena em defesa permanente pela democracia; denúncia e resistência: 5 anos do desastre em Brumadinho; 6º Encontro de Serviço Social e Seguridade Social que defendemos; Aniversário do Estatuto da Pessoa Idosa; 6º Seminário Nacional de Comunicação; Luta contra as contrarreformas trabalhista e da previdência; Março de lutas, Marielle presente!; Educação como um direito; Serviço Social e Trabalho com refugiados; A escolha do Serviço Social é Resistência; Conferência Mundial de Serviço Social; 2º Seminário Nacional do Trabalho da assistente social na política de Assistência Social; Quem vai pagar as contas dos acordos sobre o Diesel? Políticas sociais sofreram novos cortes e classe trabalhadora perderá mais direitos; Luta contra a intervenção militar no Rio e o fantasma da ditadura; Serviço Social e o direito à convivência familiar e comunitária; Conjuntura e Impacto no trabalho profissional; Relações fronteiriças e fluxos migratórios internacionais; 2º Encontro Nacional da Educação; Em defesa do Estado laico; Pela retirada das tropas brasileiras no Haiti; Dia do trabalhador/a: Homenagem à militância; Contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares-EBSERH; Em defesa da Juventude Brasileira; Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais- CBAS; Dia Internacional contra o abuso e tráfico ilícito de drogas; 20 e 30 anos do Código de Ética Profissional; Seminário de Serviço Social e Organização Sindical; Serviço Social na Educação; 20ª Convenção Nacional de Solidariedade à Cuba; 1º Congresso Nacional de População de rua; Conferências Nacionais: da Juventude, LGBT; da Criança e do Adolescente; da Assistência Social; Popular de Direito à Cidade; de Políticas Públicas para as Mulheres; da Saúde, da Saúde Mental; de Saúde do trabalhador e da trabalhadora; da Saúde Indígena; Popular de Educação; das Cidades; de Segurança Alimentar e Nutricional; dos Direitos da Pessoa Idosa, do Deficiente; 30 anos/40 anos do Congresso da Virada; Seminário Nacional de Serviço Social e Questão Urbana; Dia Nacional de Luta pelas 30h para Assistentes Sociais; Educação não é Fast-Food;



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Luta contra o assédio moral nas relações de Trabalho, Pela sustentabilidade dos Conselhos Profissionais; Pelo fim do fator previdenciário; 3 anos da Lei Maria da Penha; Em defesa dos direitos do trabalhador; da luta anticapacitista; Fórum Social Mundial; Jornada Nacional de Luta pela Reforma Urbana e Direito à Cidade, Luta contra o Projeto Lei do Ato Médico; Em defesa do SUS, do SUAS; Luta por Concursos Públicos para assistentes sociais do INSS.

Essas ações refletem o conjunto de lutas contra as opressões, a desregulamentação das relações de trabalho e o desmonte do Estado com as contrarreformas neoliberais da educação, da previdência social, trabalhista, as privatizações; contra o corte de gastos nas áreas sociais; participando e apoiando as mobilizações e greves de trabalhadores, contra os diversos governos neoliberais desde 1989. Uma vez mais assistentes sociais se vinculam como trabalhadoras/es às lutas sociais nas relações de opressão em suas singularidades, assim como nas lutas mais gerais contra a exploração e desregulamentação das relações de trabalho em que afetam violentamente as condições de vida das massas trabalhadoras de forma cada vez mais destrutivas no capitalismo contemporâneo.

4.2.2 Ações da Associação Brasileira De Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS

Em relação à formação profissional, primeiramente com a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS, e nos anos 90 com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS há uma herança muito potente, desde a reconceituação nos anos 70; do currículo de 1986, na incorporação do legado marxiano para o projeto de formação profissional, que rompe com currículos anteriores positivistas; aprimorando, em 1996, com as diretrizes curriculares vigentes. O movimento estudantil nessa trajetória, a partir de sua *rearticulação* em 1977, retoma as pautas contra a exploração e opressões capitalistas. Desde o IV CBAS, em 1982, se estabelece a ação conjunta das entidades da categoria na esfera sindical, da formação, do exercício profissional e estudantil que se vinculam em um mesmo projeto profissional, conquistado hegemonicamente. Em 1996 as diretrizes nacionais da ABEPSS, para a formação profissional, mantém um traço de continuidade em relação ao currículo de 1982, aprovado em 79, na convenção da ABESS, que adotara o método do materialismo histórico, na compreensão da profissão realidade social, como especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão sociotécnica, sexual e racial do trabalho. Em 1996 as Diretrizes curriculares avançam no sentido de superar o equívocos ainda existentes pela separação entre história, teoria, e método e nessa direção articulam seus Núcleos de Fundamentos: a) teórico-metodológico da vida social; b) formação sócio-histórica da sociedade brasileira; c) trabalho profissional; cujos conteúdos devem



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estar relacionados ao processo sócio-histórico das relações sociais de exploração, opressão e dominação, como estruturantes do capitalismo e que permeiam toda a formação profissional. Em constante avaliação tem-se constatado a necessidade de maior incorporação desses conteúdos para efetivamente estarem presentes em todo processo formativo, constituindo-se um dos grandes desafios atuais da formação profissional, tanto na graduação como na pós graduação.

O marco na ABEPSS na luta contra as opressões no processo de formação profissional inaugura-se com a criação dos GTPs - Grupos de trabalhos de pesquisas, em 2010, em número de oito, entre eles destaca-se o GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades, que trata da particularidade dessas opressões sociais com quatro itens a saber: i) Sexualidades, identidades de gênero e direitos; ii) Relações patriarcais de gênero e raça; iii) Relações étnicos raciais e desigualdades/antirracismo e Serviço Social; iv) Feminismos e Serviço Social (MOREIRA, 2024, p. 178).

A ABEPSS tem debatido em suas oficinas nacional e regionais, na ABEPSS itinerantes todas as indagações apresentadas pelos GTPs, que tem contribuído sobremaneira para identificar as lacunas ainda presentes nos projetos de formação profissional. Em relação às opressões pode-se destacar um conjunto de debates e processos formativos, entre eles: o debate étnico-racial e a formação profissional em Serviço Social; O racismo estrutural e suas expressões nas violências contra negros/as: a imbricação entre gênero, raça e classe, a questão ambiental e indígena em tempos de pandemia; As cotas na pós-graduação; Nossos passos vem de longe: a afirmação da luta antirracista na agenda da ABEPSS, Novembro Negro; Transformações do Mundo do Trabalho e Serviço Social; Racismo superexploração e TICs, Diretrizes Curriculares da ABEPSS - a análise das relações étnico-raciais na formação profissional; Racismo ambiental: A questão social e a luta pela terra; As relações étnico-raciais e suas expressões geracionais com ênfase no envelhecimento; Criação de uma Comissão Temporária de Trabalho: Formação antirracista e promoção da igualdade étnico-racial; construção da plataforma anti-racista; pesquisa nos programas de pós-graduação sobre a questão étnico-racial. Na gestão 2023-2024 da ABEPSS é fundamental destacar a Oficina Nacional Antirracista e projetos societários no contexto da flexibilização do ensino superior realizada em Recife/Pernambuco, em outubro de 2023, em que se fez um amplo debate à respeito da inserção nos diversos GTPs sobre a questão da formação antirracista negra e indígena, sendo que esta última ainda precisa ser mais fortemente trabalhada. A assistente social Roseli Rocha, em uma das mesas de debate, nos traz uma reflexão central, qual seja a de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

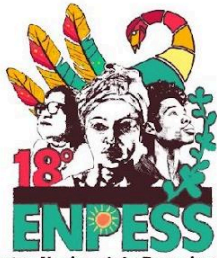
analisar a formação antirracista na profissão como um processo em curso, cuja virada, se dá, como na capoeira, o *Aú*, por dentro, no interior da própria dança. Assimilar a formação antirracista na profissão ocorre no interior do legado do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo tendo como referência a teoria social marxiana, contra as opressões e exploração da classe, numa perspectiva de totalidade na direção emancipatória.

Nesse sentido tem se constatada a necessidade de que as opressões devem estar contidas nos fundamentos da formação profissional, não se limitando à uma disciplina específica sobre relações sociais de gênero, raça, etnia e sexualidade, sobretudo porque raça, gênero e etnia se inserem, estruturalmente, no capitalismo e encontram-se no processo histórico da formação social latino-americana, aí inserido o Brasil.

Esse tem sido um debate fecundo, pleno de tensões, de concepções diversas, em disputa no interior da categoria, em um campo plural que devem ser e estão sendo enfrentados na perspectiva de fato de se construir no campo formativo, na graduação na pós graduação e no trabalho profissional as lutas contra as opressões e exploração capitalista. As profissionais negras(os) tem aumentado exponencialmente, contando com 50,34% de negras/os, entre pretas(os) e pardas(os) e a categoria profissional permanece eminentemente feminina, 92% (CFESS, 2020). De outro lado a população atendida pelo Serviço Social, historicamente é constituída por mulheres negras, da classe trabalhadora, em seu interior, a mais pauperizada, com trabalhos precários, sem sistema previdenciário, em trabalhos informais em grade parte ,e se constituem a maioria da população. Do ponto de vista de estudantes de Serviço Social por meio da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social-ENESSO ocorreu um Seminário A virada agora é preta! 40 anos do Congresso da Virada-Por uma práxis antirracista e a construção de uma frente étnico-racial no interior da executiva estudantil, a Sankofa, que é um movimento “de retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro” (MOREIRA, 2024, p. 127).

Algumas pistas conclusivas

O trabalho apresentado se dedicou aos dilemas postos ao conjunto da classe trabalhadora em um momento de crise estrutural do capital com um avanço dos ataques ao conjunto dos trabalhadores, para recuperar as taxas de lucro no processo de acumulação. Um momento de decomposição do capital, de antagonismo entre forças produtivas e relações sociais de produção cujos patamares de destruição da natureza e da humanidade são alarmantes, porém o capitalismo, apesar das formas barbarizantes, mantêm-se hegemônico no plano



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

internacional sob dominação imperialista das superpotências. E nessa direção é que trouxemos a discussão relativa aos desafios postos às lutas sociais contra a exploração e opressões de classe, gênero, raça, etnia e sexualidades no capitalismo contemporâneo. É um momento de avanço da extrema direita no plano internacional, no Brasil, houve um governo protofascista durante quatro anos, em que as classes trabalhadoras foram mais vilipendiadas e em seu interior o massacre recaiu, ainda mais, como historicamente tem ocorrido, desde o período escravocrata, sobre negros e negras, em um racismo estrutural e estruturante em relação a negros e indígenas, e em seu interior, as mulheres trabalhadoras são nas mais precarizadas e oprimidas. Portanto, é de fundamental importância reconhecer a particularidade das opressões que são estruturais no capitalismo e articulá-las às lutas contra a exploração do capital. Nessa conjuntura sócio-histórica me detive a relação do projeto profissional do Serviço Social Brasileiro nos marcos da ruptura com o conservadorismo, como um processo permanente de enfrentamento de novos desafios em que selamos há quarenta e cinco anos uma direção social para nossa profissão, coletivamente construída, fruto de lutas e de organização da categoria profissional e estudantil, em que temos uma vinculação orgânica com as lutas e movimentos sociais, em sua dimensão imediata e histórica, nas particularidades das opressões sociais compreendendo e articulando singularidade, particularidade e totalidade, nas esferas da produção e reprodução social. Os desafios para a formação profissional, para o trabalho profissional, para a pesquisa, para a produção de conhecimento tem sido apreendidos e enfrentados e como o *Aú* seguimos na direção de uma formação e trabalho profissional articulados ao projeto societário emancipatório.

Referências

ABEPSS. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/>. Acesso em: 27 jul. 2024.

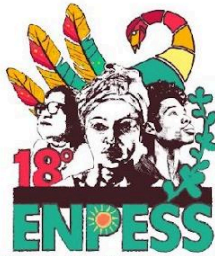
ABEPSS. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 27 jul. 2024.

ABRAMIDES, M. B. C. O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro, ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

ABRAMIDES, M. B. C. Serviço Social e Lutas Sociais: Desafios em tempos de Barbárie. Revista Temporalis. Crise do Capital e pandemia: Impactos na formação e no exercício profissional em Serviço Social. 41 ed. 2021.

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. O Novo Sindicalismo e o Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

CFESS. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022-Cfess-PerfilAssistentes>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sociais-Ebook.pdf. Acesso em: 27 jul. 2024.

CFESS. CFESS Manifesta. Disponível em:

<https://www.cfess.org.br/visualizar/manifesta?page=4>. Acesso em: 27 jul. 2024.

CFESS. Código de Ética Profissional. Disponível em:

https://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_etica_cfess.pdf. Acesso em: 27 jul. 2024.

CFESS. Seminário Latino-Americano e Caribenho. Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos. Disponível em: <https://cfess.org.br/seminariolatino/>. Acesso em: 27 jul. 2024.

MARX, K. O Capital. Livro I. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARX, K. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

MOREIRA, T. W. F. Serviço Social e Luta Antirracista - Contribuição das Entidades da Categoria no Combate ao Racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

MOREIRA, T. W. F. Adesão Formal ou Real ao Antirracismo no Serviço Social? Caminhos e Descaminhos do debate étnico-racial na categoria profissional. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, 2024.

MOURA, C. Dialética Radical do Brasil Negro. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois: Anita Garibaldi, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina.

<https://pt.scribd.com/document/587394715/QUIJANO-2005-Colonialidade-Do-Poder-Eurocentrismo-e-a-America-Latina>.